

Espelho Questão Área de Concentração - Direitos na Sociedade Global

Uma resposta adequada deveria ter contemplado os dez princípios referidos nas páginas 388 a 398, a saber:

1. Sobredeterminação da responsabilidade: a esfera doméstica nunca escapa

- mesmo que a estrutura global tenha responsabilidade em promover as capacidades, cabe à estrutura doméstica satisfazê-las tanto quanto estiver ao seu alcance;

2. A soberania nacional deve ser respeitada dentro dos limites da promoção das capacidades:

- uso limitado da força militar e persuasão que eleve ao financiamento

3. As nações prósperas têm o dever de fornecer parte de seu PIB para as mais fracas:

- sugere o aumento da participação do PIB e refere que o princípio da coopeação deve ser mantido. Também discute sobre a forma dessas ajudas ou seja, se pelos governos, pelas ONGs, citando o caso da Índia no campo da educação;

4. As empresas transnacionais têm o dever de promover as capacidades humanas nas regiões em que operam

- A nova ordem global deve ter um entendimento público claro de que as empresas devem devotar parcela do que ganham à promoção da educação e das boas condições ambientais das regiões onde atuam, até mesmo porque a educação favorece o engajamento político;

5. As principais estruturas globais devem ser organizadas de forma que sejam justas para com os países pobres e em desenvolvimento:

- isso implica pensar na ética que rege as transações econômicas globais. A comunidade mundial deve pressionar as agências globais de fomento, como o Banco Mundial, a fim de que a atenção recaia sobre a importância da prevalência das normas morais;

6. Deveria ser construída uma esfera pública global descentralizada, mas contundente:

- o Estado mundial não é apropriado, mas formas de poderes coercitivos globais seriam bem-vindos e não seriam incompatíveis com a soberania e a liberdade das nações. Isso deveria envolver um tribunal criminal mundial, um conjunto de regulações ambientais globais, um conjunto de regulações do comércio, um conjunto de padrões globais do trabalho, sanções para as empresas, algumas formas limitadas de taxação global e um número grande de acordos e tratados que deveriam vincular os Estados;

7. Todas as instituições e as pessoas deveriam prestar atenção aos problemas dos desfavorecidos de todas as regiões:

- a situação dos vulneráveis em geral e dos vulneráveis em particular, como as mulheres, deve ocupar a atenção da comunidade mundial e das pessoas. Essa atribuição será, sobretudo, daqueles cujas vidas vividas não é desesperadora;

8. A assistência aos enfermos, aos idosos, às crianças e deficientes deveria ser um foco importante de atenção da comunidade internacional:

- isso requer a atenção da comunidade mundial e nacional, por meio da qual as nações mais ricas têm o dever de ajudar os mais pobres;

9. A família deve ser tratada como uma esfera preciosa e não privada:

- A comunidade internacional deve defender e proteger as liberdades individuais, dentre elas a de constituir família, bem como preservação de outros direitos parentais, cuidando das diferenças entre meninos e meninas. Cuidar da família de modo a que seja respeitada a liberdade de associação, quanto as capacidades das crianças deve ser prioridade da esfera pública global;

10. Todas as instituições e pessoas devem apoiar a educação como chave para a autonomia das pessoas:

- A educação embora primordial é um dos recursos mais mal distribuídos no mundo e ela deve ser fornecida não apenas no sentido técnico e sim como meio de enriquecimento geral da pessoa através da informação, do pensamento crítico e da imaginação.

Espelho Questão Linha 1 – Direitos da Sociobiodiversidade e Sustentabilidade

Um espelho adequado deveria fazer uma síntese das páginas 53-82, 151 e 152.

As controvérsias são apresentadas pelo autor no capítulo intitulado “Agonia da Era Fóssil”. São elas: 1) Controvérsia sobre a Causa: Basicamente podemos caracterizar a presente controvérsia em face da existência de contradições no campo científico referentes a aceitação, ou não (negacionistas), do fenômeno do aquecimento global (câmbio climático). Neste sentido, vale salientar que são pouquíssimas pessoas capacitadas tecnicamente para avaliar os argumentos utilizados pelos dois lados em face da dependência de formação altamente especializada. A grande preocupação reside no fato da possível assimilação midiática e formação de opinião pública a respeito dos argumentos propostos pela corrente negacionista, que pode ocasionar profundas crises econômicas e ambientais em não viabilizar ações que superem a economia calcada no tripé petróleo-carvão-gás. Neste sentido, a discussão sobre a causa também se divide em cientistas que validam a posição do IPCC (baseando o aquecimento global em grande parte nas causas antrópicas) e cientistas que consideram as causas naturais mais influentes que as antrópicas;

2) Controvérsia Tecnológica: A pergunta elaborada pelo autor é "Será que já estão disponíveis saídas tecnológicas para uma descarbonização das matrizes energéticas?". Citando o documentário "Uma verdade inconveniente" de Al Gore, o autor elenca possíveis ações que reduziriam emissões de carbono, como a) uso mais eficiente de eletricidade em sistemas de aquecimento, refrigeração, iluminação, b) construção de edifícios que utilizem menos energia, c) maior eficiência dos veículos e dos sistemas de transportes no geral, entre outras. O autor também elenca modos paliativos enquanto não se viabilizam modos ideais, como aumento da eficiência energética, redução da intensidade de carbono das economias, captura e sequestro de carbono proveniente de combustíveis fósseis, uso de energia nuclear (com segurança), uso de energias renováveis, uso de biocombustíveis, entre outros;

3) A Controvérsia Econômica reside no fato de ser real e concreta a necessidade de a emissão de carbono não continuar mais tão barata, gratuita ou até subsidiada. Ou seja, a ausência dos custos do aquecimento global pode significar uma tremenda falha de mercado. O autor também cita o conflito intergeracional resultante de uma projeção de futuro acerca dos custos do aquecimento global que são sempre crescentes. Nesse sentido, faz-se necessário planificar uma distribuição temporal os custos referentes ao aquecimento global. Assim propõem-se precificar o carbono (taxação, comércio e regulação), criar programas que acelerem o surgimento de tecnologias capazes de descarbonizar matrizes energéticas e informar, educar e persuadir os cidadãos sobre as necessárias alterações comportamentais e

4) A Controvérsia Política abordada pelo autor faz menção principalmente ao legado do Protocolo de Kyoto e suas dificuldades de alcançar efetividade.

Nesse sentido, menciona que a maior parte das ações esbarram em interesses econômicos e decisões políticas por parte dos países que os respaldam. Nesse sentido, o cenário é difícil em face da existência de um grupo que mais polui (responde por mais de 80% das emissões de carbono do mundo) e outro que cresce no cenário da emissão de carbono. Em ambos os casos, o autor avalia que as elites dirigentes destes países preferem, por interesse econômico, decidir politicamente no sentido de prolongar a "agonia da era fóssil".

Assim, para empreender uma transição à uma era de baixo carbono faz-se necessário a compreensão de que a sustentabilidade, além dos aspectos ecológicos, envolve aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Esta percepção das diferentes dimensões da sustentabilidade pode contribuir para o surgimento de uma "economia verde" onde é imprescindível que a responsabilidade pela conservação dos ecossistemas passe realmente a orientar as políticas governamentais, as práticas empresariais e as escolhas dos consumidores. Simultaneamente, todas as esferas do conhecimento devem trazer a natureza de volta. O autor afirma que três das grandes conferências mundiais (Estocolmo 1972, Rio 92 e Rio +20) foram importante espaço de debates para legitimar um novo valor que é a sustentabilidade.

Espelho Questão Linha 2 - Direitos da Sociedade em Rede

A sociedade em rede é caracterizada por interesses e valores que são contraditórios, com distintos atores e relações de poder transversais que atuam em âmbito global, nacional, local e individual.

Essa nova conformação é marcada e atravessada pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação, que relativiza distâncias e cria um novo espaço de fluxos e tempo atemporal, pois a contiguidade e a simultaneidade tendem a se dissociar. Nela as comunidades oscilam movimentos de abertura, inserção global e cosmopolitismo com tendências de fechamento, expressas pela resistência ao global e valorização da cultura local. Nesse novo espaço de fluxos grandes e poderosos grupos empresariais atuam, seja no mercado financeiro, na área das comunicações ou em novos segmentos, fazendo com que trabalhadores especializados (que tanto podem realizar teletrabalho ou trabalho transfronteiriço) convivam com os chamados trabalhadores genéricos, cuja atuação ocorre em espaços fixos, ainda regidos pelo tempo do relógio.

Todos esses fatores desafiam o Estado, ator que na modernidade ocupou um papel central no monopólio da produção normativa e no uso da força dentro de seu território. O nacionalismo metodológico (expressão usada por Beck para definir a atuação do Estado-nação) no entanto, dá sinais de crise e esgotamento diante de uma constelação pós-nacional (como denominada por Habermas), pois as relações de poder não se constituem mais no âmbito

nacional formando-se, agora, pela combinação do local/global. O Estado, ainda que não desapareça, muda suas funções e sua estrutura, que passa a ser mais fluida, constituindo o que Castells denomina de Estado em Rede. Nela, os limites territoriais cedem em face de redes de poder socioespaciais (locais, nacionais e globais ao mesmo tempo) e o Estado é apenas mais um nó da rede, não mais a entidade soberana que instituía o social e detinha o monopólio de produção e aplicação do direito, mas um Estado que é flexível e precisa manter relações de cooperação, competência e poder com os demais Estados e com outros atores igualmente poderosos. Todas essas transformações se impõem porque as antigas estruturas piramidais de poder, dotadas de uma autoridade central, passam a conviver com uma nova morfologia onde o poder precisa ser partilhado e constantemente negociado. O Estado é apenas mais um nó que interage com organizações internacionais, organizações supralegais, organizações não governamentais globais e locais, empresas locais e transacionais, sociedade organizada e indivíduos. Todos pressionam e apresentam novas demandas e ao lado dos ordenamentos jurídicos nacionais ganham destaque compromissos internacionais globais e regionais, bem como normas técnicas, oriundas da atuação de empresas e que funcionam como mecanismos de autorregulação. O poder, em síntese, precisa ser partilhado pois a sociedade em rede é capaz de se auto-configurar de acordo com os valores e interesses do momento, o que muitas vezes ocorre de maneira independente da vontade dos atores que tradicionalmente ocupavam os centros do poder.

Todas essas transformações levam o Estado em rede a enfrentar problemas de coordenação em três pontos de vista: organizativo, pois suas agências não têm mais o mesmo poder para atuar sobre a sociedade como outrora; técnico, que impõe adoção de novos protocolos para produzir e guardar informações relevantes e controlar atuação burocráticas suas agências; político, pois o Estado precisa atuar tanto em sentido vertical quanto horizontal. A eles se somam desafios geopolíticos, pois ainda que o cenário tenha se transformado e assumido a forma de redes, os Estados ainda tendem a atuar a partir de seus interesses, em prejuízo de causas comuns globais.